

## A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMÉRICA LATINA: OS DESAFIOS E A SUPERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA EXPLORAÇÃO CULTURAL E CIENTÍFICA DOS GRUPOS CAMPESINOS.

Brunna Rafaella Teixeira da Silva (1); Vânia Karla Dantas Ricardo (2); Louize Gabriela Silva de Souza(3); Monalisa Porto Araújo (4).

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

[brafaela.teixeira@gmail.com](mailto:brafaela.teixeira@gmail.com), [vaniakarladr@hotmail.com](mailto:vaniakarladr@hotmail.com), [louizegaby@hotmail.com](mailto:louizegaby@hotmail.com), [monalisa.porto@ifrn.edu.br](mailto:monalisa.porto@ifrn.edu.br)

**Resumo:** A pesquisa está embasada nos estudos dos cenários educativos das populações do campo na América Latina, construído por meio da perspectiva analítica e dos estudos decoloniais. Tais estudos concebem uma possibilidade epistemológica de superação das condições da exploração cultural e científica das produções do hemisfério norte em detrimento das produções do sul. Dessa forma, fundamentaremos nossa reflexão/ação pelos estudos de QUIJANO (2009) e SANTOS (2009). As discussões que circundam em torno da educação para as populações camponesas são vistas historicamente como uma contenda a margem e ainda inferior em relação à educação urbanizada. Seguindo essa linha de pensamento posto como europeizada, que coloca a industrialização e a urbanização como foco do desenvolvimento, marginalizando toda nossa característica social, econômica e cultural relacionado ao espaço agrário e ao campesinato. Outro aspecto está atrelado as condições do nosso próprio histórico de colonização, caracterizado pela violência e pela expropriação agrária e cultural, as populações do campo sofrem com a elevada concentração de terras e pelos conflitos gerados por questões agrárias e pelas representações sociais de atraso e inferiorização (FERNANDES, 1999). Como uma proposta problematizadora dessa condição de pensar e fazer, encontramos na perspectiva da Educação Popular (FREIRE, 1983; BRANDÃO, 1981), alternativa construída historicamente pelas camadas populares da América Latina, um caminho viável de contraposição e superação das situações de opressão cultural, do saber, do poder e do ser dos povos camponeses. Dessa forma, consideramos como questão guia de nossa pesquisa: como identificar, a partir das leituras e discussões propostas por QUIJANO (2009) e SANTOS (2009) subsídios teóricos e práticos que apontam saídas e novos caminhos para o fazer e o pensar a educação para os grupos camponeses da América Latina? O estudo é proveniente de um projeto de pesquisa “Estudos decoloniais: os cenários educativos das populações do campo na América Latina”, desenvolvido no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Ipanguaçu, além de ser fruto das reflexões do Grupo de Pesquisa Coletivo Terres (Terra, Educação e Saberes). A análise que orienta o texto caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, com abordagem qualitativa.

**Palavras-chave:** Educação do Campo, Estudos decoloniais, Marginalização camponesa.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte do projeto de pesquisa do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, composto pelos autores e coautores do texto. O projeto intitulado “Estudos decoloniais: os cenários educativos das populações do campo na América Latina” é desenvolvido no âmbito do IFRN Campus Ipanguaçu, pelas professoras Monalisa Porto Araújo, coordenadora do projeto e Louize Gabriela Silva de Souza, professora colaboradora.

Tal projeto de pesquisa segue concomitantemente com as atividades e discussões realizadas pelo grupo de pesquisa Coletivo Terres- TERRA, EDUCAÇÃO e SABERES que desenvolve desde 2014 ações importantes sobre Educação do Campo nas escolas localizadas no campo do município de Ipanguaçu. Dessa forma o projeto Estudos Decoloniais, corrobora para o fortalecimento das discussões sobre decolonialidade no âmbito do IFRN, especificamente, no *Campus* Ipanguaçu, como uma tendência de análise construída pela perspectiva dos explorados e considerada apenas como consumidores científicos. Difundir essa perspectiva analítica que intenta fortalecer a própria identidade científica e construir a autonomia nessa produção, além da aproximação teórica com tendências construídas no Brasil e em outros países da América Latina sobre a educação para as populações do campo.

Com a pesquisa queremos abrir espaço para a discussão do reconhecimento da originalidade do pensamento latino-americano, reconhecendo as nossas potencialidades no indenitário, compreendendo-nos sujeitos autônomos capazes de buscar os enfrentamentos sob os desafios culturais epistemológicos e sociais. Entendemos este cenário da educação do campo na América Latina, não somente pelo experimento dos desafios, mas também pela resistência das condições da exploração cultural e científica dos grupos camponeses.

Uma das metas mais importantes surge a partir da ideia de analisar os cenários educativos para os povos do campo, traçando elementos comuns dos desafios encontrados no fazer dessa escolarização, identificando os subsídios teóricos e práticos que apontem saídas e novos caminhos para fazê-lo e o pensar na educação para os grupos camponeses da América Latina. Além de fortalecer as perspectivas de análise dos estudos decoloniais na educação e na formação docente.

O processo de invasão territorial e cultural não foi um fato isolado, nem fez parte apenas de nossa história no Brasil, mas como um processo instaurado na África, Ásia e América Latina, que concorreu para aprofundar desigualdades no campo econômico, cultural e científico desses territórios e sujeitos. É diante da característica do extrativismo das riquezas na América Latina que esses processos vêm a incidir, desde muito antes, a desigualdade imposta por uma economia, uma cultura e uma epistemologia eurocêntrica. Diante disto, se fortalecem os estudos decoloniais na América Latina, tendo como principais representantes SANTOS (2009), QUIJANO (1997), que tratam da relação saber e poder.

Compreendemos que esse contexto ainda está atrelado a nossa dependência histórica que vem desde o período colonial e que respinga no nosso domínio científico, cultural e social, mesmo

que estejamos descolonizados esta relação saber e poder não está afastada da realidade atual. Diante da perspectiva analítica da discussão sobre a decolonialidade na América Latina, essa característica nos coloca como em uma busca inquieta por investigar o caráter autêntico do processo de constituição de uma teorização sobre a Educação do Campo, com conceituação orientada pela Educação Popular (tendência de identidade latino-americana) e como essa teorização pode fortalecer a constituição de uma *Epistemologia do sul* (SANTOS. MENEZES, 2009).

## METODOLOGIA

A busca para investigar a temática em discussão decorre em primeira instância em virtude das inquietações sentidas durante as leituras do Projeto de pesquisa *Estudos decoloniais: os cenários educativos das populações do campo na América Latina*, uma vez que contribui para o fortalecimento das discussões sobre decolonialidade no âmbito do IFRN, principalmente, no Campus Ipangaçu.

Sabemos que uma tendência de análise construída pela perspectiva dos explorados que são muitas vezes considerados apenas como consumidores científicos, é ainda a discussão que prevalece em diversos cenários, mais especificamente no acadêmico. No entanto, a perspectiva analítica que intenta fortalecer a própria identidade científica e construir a autonomia nessa produção, ainda é pouco explorada e discutida.

Diante dessas considerações, construímos essas discussões com base é uma pesquisa bibliográfica e exploratória com ênfase nas categorias colonialidade e decolonialidade que, de acordo com GIL (1991) visa propiciar maior familiaridade com o problema, no intuito de torná-lo explícito ou a construir hipóteses, buscando a partir do estudo maior proximidade com o tema entre distintas formas de análise da educação para os povos do campo na América Latina.

Fundamentamos a pesquisa bibliográfica embasados no pensamento de SANTOS (2009) e QUIJANO (2009), além de análises do pensamento PORTO ARAÚJO (2017). Nesse sentido contemplar as investigações dos elementos teóricos históricos e sociais com relação à Educação do Campo, este estudo traz contribuições que se apresenta como um ato político.

A politicidade do ato de pesquisar não se encontra apenas nas escolhas referentes ao “objeto de estudo”, às abordagens, métodos, procedimentos e instrumentos de aproximação e interpretação de determinada realidade aos lócus da pesquisa, mas também nas opções relacionadas às perspectivas teóricas, pressupostos e conceitos utilizados para construir o estudo que não são

escolhas aleatórias. Mas, que confirmam o compromisso político do pesquisador (a) com determinados grupos sociais e as tendências de investigação da temática em foco.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Além da aproximação teórica com tendências construídas no Brasil e em outros países da América Latina sobre a educação para as populações do campo, faz-se necessário discutir a perspectiva epistemológica da decolonialidade. Intentamos compreender ainda os processos de marginalização educativa que sofrem o grupo campesino na América Latina (QUIJANO, 1997, 2003; WALSH, 2002; ASSIS, 2014).

Vale ressaltar que, de acordo com PORTO ARAÚJO (2017), partindo de leituras de Paulo Freire, o termo educação popular é proveniente de discussões que apontam para uma segregação e opressão da Europa a América Latina, colocando assim a América como consumidora histórica, em contrapartida a educação do campo aparece na contribuição freiriana, como uma defesa das vivências de opressão cultural, do saber, do poder e a da própria vida campesina.

Segundo a fala de SANTOS (2009. P. 57), quando este significa a natureza dos saberes por meio de perguntas e respostas incompletas, assim tece: “A ecologia de saberes capacita-nos para uma visão mais abrangente daquilo que conhecemos, bem como do que desconhecemos, e também nos previne para que não sabemos é ignorância nossa, não ignorância em geral”. A percepção de compreender de que somos nós que não abrimos os olhos para nossa estupidez das coisas de um pensamento abissal, olhando somente para um ângulo da suposta linha. De fato, não avançaremos para uma projeção profunda de pensadores e atuantes de saberes.

Tendo por referencial o artigo de PORTO ARAÚJO (2017) intitulado “Paulo Freire e o pensamento decolonial: contribuições para reflexão sobre educação do campo, destacamos a análise que a autora faz do cenário atual partindo de uma discussão proposta por Silva, para ele “a Educação do Campo pode ser considerada uma das realizações da Pedagogia do Oprimido e pertencente à tradição pedagógica decorrente das experiências de Educação Popular na América Latina” (SILVA *apud* PORTO ARAÚJO, 2009, p. 382). Concordamos com os autores que tal cenário é uma luta popular pela libertação da opressão que coloca o campo como uma aplicação concreta da *Pedagogia do Oprimido de Freire*, como uma Educação Popular.

Desta forma, consideramos a valorização das diferentes conceituações e diversidades culturais da Educação do Campo e defendemos o referencial da Educação Popular, a partir de movimentos como: O movimento de Trabalhadores Rurais sem- Terra, Movimento de Mulheres Camponesas, Via Campesina, dentre outros.

O trabalho busca compreender a partir dos cenários educativos para os povos do campo, características que adjuntas aos desafios deparados no fazer dessa escolarização identifica os subsídios teóricos e práticos que apontem egressões e novas possibilidades para o fazer e o pensar na educação para os grupos camponeses da América Latina. Mas, do que isso fortalecer as perspectivas de análise dos estudos decoloniais na educação e na formação docente.

O termo colonialidade discutido e problematizado por QUIJANO (2009), apresenta a relação entre saber e poder e denota a desigualdade entre centro e periferia, norte e sul, Europa e América Latina. Sabemos que o pensamento hierarquizado moderno desconsidera a diversidade de saberes e as discussões de colonialidade fazem a crítica a inferioridade de alguns grupos sociais, em detrimento de outros. Neste aspecto, QUIJANO (2009) discute que “O esquema de um mundo capitalista dualmente ordenado em ‘centro’ e ‘periferia’, não é arbitrário precisamente por essa razão, ainda que provavelmente teria sido melhor pensar em ‘centro colonial’ e ‘periferia colonial’” (2009, p.109).

Ainda discutindo o pensamento de QUIJANO (2009. P.99): “[...] entre o fim do século XVIII e o fim do século XIX, quando a percepção da totalidade a partir da Europa, nessa altura o ‘centro’ do mundo capitalista, tinha sido definitivamente organizada como uma dualidade histórica a Europa [...] Não-Europa”. A ideia explicitada pelo autor nos leva a compreensão de um pensamento circundado no eurocêntrico, no qual é perceptível a Inglaterra inserida num contexto da Revolução Industrial, pois foi ela a ‘pioneira’ na industrialização, assim como os países que fogem desse eurocentrismo fazem parte da Não-Europa.

O autor traz ainda uma discussão sobre o termo classificação, onde coloca a América Latina com características estereotipadas, sob os termos de: raça, gênero, fenótipo, entre outras. De fato, porque temos adjetivar tanto as coisas e os indivíduos, é realmente necessário?

QUIJANO (2009) nessa fala, denota uma discussão imprescindível quando questiona o centro e a periferia, expondo que quem não faz parte do centro é exposto a margem da sociedade.

Assim entendemos o contexto da América Latina explorada de várias formas capitalistas sob os interesses da metrópole.

Trazemos para a discussão a fala de PORTO ARAÚJO (2017. P. 3), quando esta discute as repercussões sociais na América Latina, África e Ásia com relação aos novos discursos da modernidade, posta pela autora como epistemologia simbólica, no qual não apenas os lados científico e social foi marginalizado como também os processos que envolvem a cultura e a identidade foram postam ao esquecimento.

No prefácio, SANTOS (2009. P.6) aborda alguns questionamentos pertinentes, como a reflexão em torno da epistemologia e, assim vai tecendo considerações sobre a designação epistemologias do Sul que possivelmente devem ser dialogados no contexto amplo pelo autor, assim descreve:

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias?

Entendemos que há uma pluralidade de conhecimentos e cada qual com seu discernimento de verdade, construídos pelos conhecimentos antagonistas. O autor discute ainda o pensamento abissal: “A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica”.

A contextualização que o autor realiza entre o ofício dele e o pensamento abissal é como se houvesse dois lados, duas linhas que estuda tais ideias, as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. Nesse sentido entendemos que o estudo da dicotomia regulação/emancipação só é aplicado apenas as metrópoles, ficando as colônias, a apropriação/violência e, colocando-as como espaços impensáveis como emancipadoras e reguladoras.

Para subsidiar, a análise decolonial surge como uma concepção analítica integrante das perspectivas pós-coloniais, que criticam a epistemologia científica construída na modernidade e que buscam no pensamento subalternizado alternativas emancipatórias para as populações historicamente desfavorecidas pelos processos colonizadores de exploração na América Latina (QUIJANO, 2000).

Trazemos para a discussão a fala de Boaventura quando este coloca o cenário dos movimentos indígenas abordando que são personagens muitas vezes silenciados seja pela ‘globalização’ ou pelos escritos históricos. No entanto, estes atualmente buscam e questionam os motivos de um pensamento abissal, desconsiderando uma reflexão ampla dos acontecimentos e, expondo uma parte da história que é importante para um grupo, deixando fora concepções que deve ser discutida e vivenciada no coletivo.

O contexto mencionado pelo autor nos leva a uma compreensão de um contexto social, político, econômico e cultural já discutido na história ‘vista de baixo’, no qual os personagens que muitas vezes são marginalizados nos escritos históricos devem ser analisados e compreendidos numa perspectiva que todos têm sua participação e importância histórica, independentemente dos seus feitos, sem restringir e sem silenciar: o branco, o negro, o indígena, a mulher, entre outros.

## REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodriguês. Pesquisa Participante (org). São Paulo: Brasiliense 1981.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Artigo publicado na Revista de Cultura Vozes, nº 2, 1999. 8p. Também disponível na página <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>
- FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- PORTO ARAÚJO, M. Paulo Freire e o Pensamento Decolonial: Contribuições para a Reflexão sobre a Educação do Campo. In: IV SEMINARIO INTERNACIONAL Diálogos com PAULO FREIRE. Políticas Públicas, Escola e Estratégias de Intervenções Social: Construção de Possibilidades. IFRN Campus Natal Central, Angicos/UFERSA, 2017.
- QUIJANO, Aníbal . Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (comp.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas (Buenos Aires: CLACSO) 2000. p. 246. En: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>>.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997
- SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. 2009.

WALSH, Catherine; SCHIWY, Freya; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (Editores). Indisciplinar las ciencias sociales: geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder: perspectivas desde lo andino. Quito: Abyala, 2002.